



29761523

08020.000749/2023-25



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

TERMO DE ADEÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA À SOLUÇÃO
SINESP INFOSEG

A União, por meio do Ministério da Justiça e Segurança Pública e por intermédio da SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - Senasp, representada pelo Sr. MARIO LUIZ SARRUBBO, com sede localizada no endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Edifício Sede, Brasília/DF - CEP: 70.064-900 e o CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, representado pela Sra. ADRIANA ALVES DOS SANTOS CRUZ, com sede localizada no endereço: SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6, Brasília/DF - CEP: 70.070-600, este último doravante designado "Aderente", resolvem celebrar o presente Termo de Adesão.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Instrumento visa a adesão do CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA à solução Sinesp Infoseg, nos termos da [Resolução Consinesp/MJSP Nº 1, de 17 de Junho de 2021](#), que dispõe sobre normas e procedimentos para gestão, manutenção e utilização da solução, tendo como objeto fundamental a prevenção e a repressão da violência.

Parágrafo primeiro. O Sinesp Infoseg é uma solução de pesquisa inteligente de dados e informações referentes a indivíduos, veículos, armas e outras informações essenciais aos processos investigativos e de inteligência e à tomada de decisão. Seu uso é restrito aos profissionais de segurança pública, justiça, fiscalização e controle, sendo regido pela [Resolução Consinesp/MJSP Nº 1, de 17 de Junho de 2021](#), a qual define que órgãos ou entidades públicas não integrantes do Susp poderão ter acesso à solução Sinesp Infoseg mediante a comprovação de determinados requisitos.

Parágrafo segundo. A disponibilização pelo Aderente de serviço de consulta, sistema de informação ou base de dados de interesse para a Segurança Pública, a ser integrada à solução Sinesp Infoseg, será precedida de Plano de Trabalho, cujo cronograma de execução poderá ser acordado pelas partes, observando-se as particularidades do Aderente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETIVO

2.1 Com o advento do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp), instituído pelo Art. 35 da [Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018](#) e regulamentado pelos Arts. 17 ao 31, do [Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018](#), tem por objetivo proceder à coleta, análise, atualização, sistematização, integração e interpretação de dados e informações relativos às políticas de segurança pública e defesa social; disponibilizar estudos, estatísticas, indicadores e outras informações para auxiliar na formulação, implementação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas; promover a integração das redes e sistemas de dados e informações de segurança pública e defesa social, criminais, do sistema prisional e sobre drogas; garantir a interoperabilidade dos sistemas de dados e informações adotando os padrões de integridade, disponibilidade, confidencialidade, confiabilidade e tempestividade dos sistemas informatizados do governo federal.

CLAUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 Aplicar-se-á a [Resolução Consinesp/MJSP Nº 1, de 17 de Junho de 2021](#), além da [Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018](#), o [Decreto nº 9.489, de 2018](#); e no que couber a [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#), a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), a [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), a [Lei nº 14.132, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.131, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.130, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.129, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.128, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.127, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.125, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.124, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.123, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.122, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.121, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.120, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.119, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.118, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.117, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.116, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.115, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.114, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.113, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.112, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.111, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.110, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.109, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.108, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.107, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.106, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.105, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.104, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.103, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.102, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.101, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.100, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.099, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.098, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.097, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.096, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.095, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.094, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.093, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.092, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.091, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.090, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.089, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.088, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.087, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.086, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.085, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.084, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.083, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.082, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.081, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.080, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.079, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.078, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.077, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.076, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.075, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.074, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.073, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.072, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.071, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.070, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.069, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.068, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.067, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.066, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.065, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.064, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.063, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.062, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.061, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.060, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.059, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.058, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.057, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.056, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.055, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.054, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.053, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.052, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.051, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.050, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.049, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.048, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.047, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.046, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.045, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.044, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.043, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.042, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.041, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.040, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.039, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.038, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.037, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.036, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.035, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.034, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.033, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.032, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.031, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.030, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.029, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.028, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.027, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.026, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.025, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.024, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.023, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.022, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.021, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.020, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.019, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.018, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.017, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.016, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.015, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.014, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.013, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.012, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.011, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.010, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.009, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.008, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.007, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.006, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.005, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.004, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.003, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.002, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 14.001, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.999, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.998, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.997, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.996, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.995, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.994, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.993, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.992, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.991, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.990, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.989, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.988, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.987, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.986, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.985, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.984, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.983, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.982, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.981, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.980, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.979, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.978, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.977, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.976, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.975, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.974, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.973, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.972, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.971, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.970, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.969, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.968, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.967, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.966, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.965, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.964, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.963, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.962, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.961, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.960, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.959, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.958, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.957, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.956, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.955, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.954, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.953, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.952, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.951, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.950, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.949, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.948, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.947, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.946, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.945, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.944, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.943, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.942, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.941, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.940, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.939, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.938, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.937, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.936, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.935, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.934, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.933, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.932, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.931, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.930, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.929, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.928, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.927, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.926, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.925, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.924, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.923, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.922, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.921, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.920, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.919, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.918, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.917, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.916, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.915, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.914, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.913, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.912, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.911, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.910, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.909, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.908, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.907, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.906, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.905, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.904, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.903, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.902, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.901, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.900, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.899, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.898, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.897, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.896, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.895, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.894, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.893, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.892, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.891, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.890, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.889, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.888, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.887, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.886, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.885, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.884, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.883, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.882, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.881, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.880, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.879, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.878, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.877, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.876, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.875, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.874, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.873, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.872, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.871, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.870, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.869, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.868, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.867, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.866, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.865, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.864, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.863, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.862, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.861, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.860, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.859, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.858, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.857, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.856, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.855, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.854, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.853, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.852, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.851, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.850, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.849, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.848, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.847, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.846, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.845, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.844, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.843, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.842, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.841, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.840, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.839, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.838, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.837, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.836, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.835, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.834, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.833, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.832, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.831, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.830, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.829, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.828, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.827, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.826, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.825, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.824, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.823, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.822, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.821, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.820, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.819, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.818, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.817, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.816, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.815, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.814, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.813, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.812, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.811, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.810, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.809, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.808, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.807, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.806, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.805, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.804, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.803, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.802, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.801, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.800, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.799, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.798, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.797, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.796, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.795, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.794, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.793, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.792, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.791, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.790, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.789, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.788, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.787, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.786, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.785, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.784, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.783, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.782, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.781, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.780, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.779, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.778, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.777, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.776, de 22 de março de 2021](#), a [Lei nº 13.775, de 22 de março de 2021](#)

- 4.15 Disponibilizar estudos, estatísticas, indicadores e outras informações para auxiliar na formulação, implementação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas;
- 4.16 Promover a integração das redes e sistemas de dados e informações de segurança pública e defesa social, criminais, do sistema prisional e sobre drogas;
- 4.17 Garantir a interoperabilidade dos sistemas de dados e informações, conforme os padrões definidos pelo Conselho Gestor do Sinesp;
- 4.18 Adotar os padrões de integridade, disponibilidade, confidencialidade, confiabilidade e tempestividade dos sistemas informatizados do governo federal;
- 4.19 Armazenar, tratar e integrar dados e informações para auxiliar na formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas relacionadas com segurança Pública e Defesa Social; Sistema prisional e execução penal; Rastreabilidade de armas e munições; Banco de dados de perfil genético e digitais; e enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas;
- 4.20 Auxiliar o Aderente na elaboração de diretrizes, procedimentos e conteúdos de capacitação e treinamento da solução;
- 4.21 Prover as condições técnicas, administrativas e operacionais para a perfeita execução do objeto deste instrumento, disponibilizando os recursos necessários;
- 4.22 Zelar, fiscalizar e acompanhar todas as suas etapas.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ATRIBUIÇÕES DO ADERENTE

- 5.1 Executar este instrumento nos termos pactuados;
- 5.1.1 Em casos excepcionais e devidamente justificado, não sendo possível o cumprimento de determinada atribuição no prazo estabelecido pelas partes, o Aderente deverá elaborar justificativa reduzida a termo expondo os motivos determinantes, sugerindo novo prazo de cumprimento da referida atribuição;
- 5.2 Zelar, fiscalizar e acompanhar todas as suas etapas;
- 5.3 Prover as condições técnicas, administrativas e operacionais para a perfeita execução do objeto deste instrumento, disponibilizando os recursos necessários;
- 5.4 Elaborar procedimentos e conteúdos de capacitação e treinamento da solução;
- 5.5 Permitir que os dados fornecidos ao Sinesp sejam mantidos em formato interoperável e estruturado, com vistas à execução de políticas públicas, à prestação de serviços públicos tais como processos e procedimentos investigativos, de inteligência e de operações na área de segurança pública, à descentralização da atividade pública e à disseminação e ao acesso das informações pelo público em geral, observadas as restrições legais;
- 5.6 Garantir a atualização dos dados fornecidos ao Sinesp, além de fornecer aqueles referentes a anos anteriores à celebração deste Instrumento.
- 5.7 Garantir que os dados pessoais fornecidos ao Sinesp, estejam em conformidade com Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD no que couber; com os regulamentos e orientações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, e com demais normas e políticas relacionadas à segurança da informação e à privacidade e proteção de dados pessoais;
- 5.8 Garantir que o tratamento dos dados do Sinesp fique estritamente vinculado à sua finalidade e seja pautado pelo dever de boa-fé e pela observância aos princípios previstos na LGPD, no que couber;
- 5.9 Garantir que o tratamento dos dados de usuários, de acessos e de consultas ao Sinesp, fique condicionado a instauração e a instrução de processos administrativos ou judiciais, observados, nos casos concretos, os procedimentos de segurança da informação, nos termos do art. 18, parágrafo 4º, do [Decreto nº 9.489, de 2018](#);
- 5.10 O compartilhamento de dados pessoais do Sinesp, pelo Aderente, somente poderá ocorrer quando atender as finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuição legal pelos órgãos e pelas entidades públicas, respeitados os princípios de proteção de dados pessoais;
- 5.11 O fornecimento dos dados do Sinesp aos demais órgãos e instituições, que não sejam aderentes ao Sinesp, deverá ser comunicado oficialmente à Secretaria Nacional de Segurança Pública;
- 5.12 Nos casos de compartilhamento dos dados do Sinesp, devem ser obrigatoriamente observadas as restrições legais, os requisitos de segurança da informação, das comunicações e o disposto na LGPD no que couber, dentre outras legislações, diretrizes, regulamentações, normas e instruções em vigor;
- 5.13 É vedado ao Aderente transferir a entidades privadas dados pessoais constantes na base de dados do Sinesp a que tenha acesso, exceto em casos de execução descentralizada de atividade pública que exija a transferência, exclusivamente para esse fim específico e determinado, observado o disposto na [Lei de Acesso à Informação - LAI](#), quando houver previsão legal ou quando a transferência for respaldada em contratos, convênios ou instrumentos congêneres; ou quando relacionada a hipótese da transferência dos dados objetivar exclusivamente a prevenção de fraudes e irregularidades, ou proteger e resguardar a segurança e a integridade do titular dos dados, desde que vedado o tratamento para outras finalidades;
- 5.14 Garantir um rigoroso e permanente controle sobre seus usuários com acesso à solução Sinesp Infoseg, notadamente sobre aqueles com papéis de gestão na plataforma, informando imediatamente à Senasp sempre que referidos usuários deixarem de exercer as funções de gestão no órgão.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

- 6.1 O presente instrumento não envolve a transferência de recursos financeiros entre as partes, cabendo a cada uma o custeio das despesas inerentes a execução das ações e obrigações sob sua competência;
- 6.2 As dotações ou destinações de verbas específicas, que venham a ser objeto de negociação, serão devidamente processadas, na forma da lei, sempre mediante instrumento próprio;
- 6.3 Cada parte responsabilizar-se-á pela remuneração de seus respectivos servidores, designados para as ações e atividades previstas neste instrumento, como de quaisquer outros encargos a eles pertinentes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

- 7.1. O prazo de vigência deste instrumento será de 05 (cinco) anos a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA – DA MODIFICAÇÃO

- 8.1 O presente Instrumento poderá, a qualquer tempo, ser modificado, exceto quanto ao seu Objeto, ou ainda acrescido, mediante Termos Aditivos, desde que tal interesse seja manifestado, previamente e por escrito, por um dos partícipes, devendo, em qualquer caso, haver a anuência da outra parte com a alteração proposta.

CLÁUSULA NONA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

- 9.1 O presente instrumento poderá ser denunciado ou rescindido, de pleno direito, unilateralmente, no caso de infração a qualquer uma das cláusulas ou condições nele estipuladas, a qualquer tempo, mediante notificação escrita ao outro partícipe, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único. Caso a denúncia ou rescisão ocorra fora das hipóteses elencadas no item anterior, o aderente poderá arcar com as despesas extraordinárias decorrentes da integração da base de dados fornecida, como custos com diárias e passagens aéreas de equipes, treinamentos, equipamentos, desenvolvimentos específicos e/ou outros custos agregados, se houver.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

- 10.1 O presente Instrumento será publicado, na forma de extrato, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura, no Diário Oficial da União ficando as despesas da publicação a cargo da Senasp.

Parágrafo único. O Aderente deverá dar ampla publicidade a esta adesão ao Sinesp em até 30 dias após o início da vigência deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA AÇÃO PROMOCIONAL

11.1 Em qualquer ação promocional relacionada com o Objeto deste Instrumento, será obrigatoriamente destacada a participação conjunta do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com a inclusão do logotipo do Governo Federal, observados os princípios da Administração Pública, dispostos no Art. 37, da [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. As controvérsias relacionadas às áreas técnicas que ocorrerem durante a vigência deste Instrumento serão solucionadas pelas áreas técnicas, indicadas pelos partícipes.

12.2. As questões decorrentes da execução do presente instrumento e dos instrumentos específicos dele decorrentes que não possam ser dirimidas administrativamente serão submetidas à [Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal \(CCAF\) da Consultoria-Geral da União, da Advocacia-Geral da União](#).

Parágrafo único. Caso não sejam superadas as questões do inciso anterior, fica eleita a Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal para processar e dirimir os eventuais conflitos dela decorrentes.

APROVAÇÃO E ASSINATURA

E por estarem justas e acordadas entre os partícipes, as condições deste **TERMO DE ADEÇÃO, APROVAM** e **ASSINAM** este instrumento, preferencialmente na forma eletrônica, para que produza seus efeitos jurídicos e legais em juízo e fora dele, os signatários:

MARIO LUIZ SARRUBBO
Secretário Nacional de Segurança Pública

ADRIANA ALVES DOS SANTOS CRUZ
Secretária-Geral do Conselho Nacional de Justiça
Aderente



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Alves dos Santos Cruz, Usuário Externo**, em 18/12/2024, às 19:56, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Mario Luiz Sarrubbo, Secretário(a) Nacional de Segurança Pública**, em 14/01/2025, às 07:27, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **29761523** e o código CRC **A53BFC6B**. O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

ANEXO - PLANO DE TRABALHO

1. OBJETO

1.1. O presente Instrumento tem por objeto a adesão do CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA à solução Sinesp Infoseg, nos termos da [Resolução Consinesp/MJSP Nº 1, de 17 de Junho de 2021](#), que dispõe sobre normas e procedimentos para gestão, manutenção e utilização da solução Sinesp Infoseg, tendo como objeto fundamental a prevenção e a repressão da violência.

Parágrafo primeiro. O Sinesp Infoseg é uma solução de pesquisa inteligente de dados e informações referentes a indivíduos, veículos, armas e outras informações essenciais à tomada de decisão e uso nos processos investigativos e de inteligência. Seu uso é restrito aos profissionais de segurança pública, justiça, fiscalização e controle, sendo regido pela [Resolução Consinesp/MJSP Nº 1, de 17 de Junho de 2021](#), a qual define que órgãos ou entidades públicas não integrantes do Susp poderão ter acesso à aplicação Sinesp Infoseg mediante a comprovação de determinados requisitos, cujo objeto fundamental será a prevenção e a repressão da violência.

Parágrafo segundo. A disponibilização de base de dados ou sistema de informação, de interesse para a Segurança Pública, para integração à solução Sinesp Infoseg será precedida de Plano de Trabalho, cujo cronograma de execução poderá ser acordado pelas partes, observando-se as particularidades do órgão ou entidade pública não integrante do Susp, aderente a este Instrumento.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Considerando que o Art. 20, III da [Resolução Consinesp/MJSP Nº 1, de 17 de Junho de 2021](#) traz como requisito a ser comprovado pelos órgãos ou entidades públicas não integrantes do Susp, a disponibilização de base de dados ou sistema de informação, de interesse para a Segurança Pública, para integração à solução Sinesp Infoseg, faz-se necessário o presente Plano de Trabalho, que deverá detalhar as ações e responsabilidades das partes, em complemento às atribuições pactuadas no Termo de Adesão ao Sinesp Infoseg.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. Aplicar-se-á a [Resolução Consinesp/MJSP Nº 1, de 17 de Junho de 2021](#), além da [Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018](#), o [Decreto nº 9.489, de 2018](#) e, no que couber, a [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#), a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), a [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), além da legislação correlata.

4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

| Ação | | Responsável | Ação antecedente | Meio |
|------|---|------------------------------------|------------------|-------------------|
| 1 | Criação/atualização da Estrutura Organizacional ¹ do aderente, se for o caso, de acordo com os padrões estabelecidos pela Diretoria de Gestão e Integração de Dados. | DGI/Senasp | - | Sinesp Segurança |
| 2 | Indicação de servidores para atuarem como Pontos Focais responsáveis pela execução e monitoramento deste instrumento e pelas tratativas referentes à operacionalização da integração da base de dados ou sistema de informação a ser disponibilizado. | Aderente | - | Ofício |
| 3 | Indicação de servidores que exercerão os papéis de Cadastradores Autorizadores Sinesp ² e Cadastradores Infoseg ³ , se for o caso. | Aderente | - | Ofício |
| 4 | Pré-cadastramento dos servidores indicados para exercerem os papéis de Cadastradores Autorizadores Sinesp e Cadastradores Infoseg, se for o caso. | Servidores indicados pelo Aderente | - | Link ⁴ |

| | | | | |
|---|--|---|---------------------|--|
| 5 | Preenchimento de formulário acerca da base de dados a ser disponibilizada à solução Sinesp Infoseg. | Aderente | - | Link ⁵ |
| 6 | Assinatura do Termo de Adesão. | <ul style="list-style-type: none">AderenteSenasp | TODAS AS ANTERIORES | Assinatura eletrônica SEI (Sistema Eletrônico Informações). |
| 7 | Disponibilização de base de dados, serviço de consulta ou sistema de informação de interesse para a Segurança Pública. | <ul style="list-style-type: none">Aderente | 5 | Extração de dados, <i>web service</i> credenciais de acesso. |
| 8 | Internalização/integração da base de dados. | <ul style="list-style-type: none">DGI/Senasp | 7 | Disponibilização dos dados por de novas funcionalidades na solução Sinesp Infoseg. |

OBS: As ações elencadas acima poderão ocorrer paralelamente à assinatura do Termo de Adesão.

DGI = Diretoria de Gestão e Integração de Informações.

5. DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1. O presente Instrumento não envolve a transferência de recursos financeiros entre as partes, cabendo a cada uma o custeio das despesas inerentes a execução das ações e obrigações sob sua competência;

5.2. As dotações ou destinações de verbas específicas, que venham a ser objeto de negociação, serão devidamente processadas, na forma da lei, sempre mediante Instrumento próprio;

5.3. Cada parte responsabilizar-se-á pela remuneração de seus respectivos servidores, designados para as ações e atividades previstas neste Instrumento, como de quaisquer outros encargos a eles pertinentes.

¹ Estrutura Organizacional: Esquema simplificado do organograma do aderente, a ser cadastrado na plataforma Sinesp.

² Cadastradores Autorizadores Sinesp: Usuários responsáveis gestão dos cadastros dos usuários da Estrutura Organizacional, na plataforma Sinesp.

³ Cadastradores Infoseg: Usuários responsáveis pela gestão dos acessos à solução Sinesp Infoseg.

⁴ Link para a realização do pré-cadastro: https://seguranca.sinesp.gov.br/sinesp-cadastros/public/precadastro_envio_link.jsf?lg=pt

⁵ Link para preenchimento do formulário: <https://forms.office.com/r/8qSSHrd0npj>